

## SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DA RELAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NO PDI E PNE

### SUSTAINABILITY AND EDUCATION: A SUSTAINABILITY OF RELATIONSHIP STUDY ON PDI AND PNE

**Lucas Veiga Ávila**

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, RS, Brasil, [admlucasveiga@gmail.com](mailto:admlucasveiga@gmail.com)

**Thays Wolfart**

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, RS, Brasil, [thays\\_wolfart@hotmail.com](mailto:thays_wolfart@hotmail.com)

**Luana Inês Damke**

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, RS, Brasil, [luanadamke@hotmail.com](mailto:luanadamke@hotmail.com)

**Marcelo Mendes Arigony**

Faculdade Palotina de Santa Maria – FAPAS, RS, Brasil, [marceloarigon@hotmail.com](mailto:marceloarigon@hotmail.com)

---

Recebido em: 27/06/2017

Aceito em: 30/06/2017

---

#### Resumo

Este artigo tem a finalidade de analisar como a sustentabilidade (econômica, social, ambiental, ecológica, política nacional, política internacional e cultural) está sendo pautada nos Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI das Instituições Federais de Ensino Superior e no Plano Nacional de Educação – PNE. O percurso metodológico é de caráter qualitativo descritivo, sendo utilizada a análise de conteúdo para examinar os resultados. Como principais resultados, destaca-se que a sustentabilidade vem sendo pautada na missão e visão da sustentabilidade, tendo características e peculiaridades de acordo com a região e tempo dos Planos. As Universidades estão em processo lento para atualização do PDI que é exigida por lei. Quanto ao PNE, verificou-se que há alinhamento das diretrizes com as perspectivas da sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Instituições Federais de Ensino Superior. Análise de Conteúdo.

#### Abstract

This article aims to analyze how sustainability (economic, social, environmental, ecological, national, international and cultural politics) is being based on the Plans of Institutional Development - PDI of the Federal Institutions of Higher Education and on the National Plan of Education – PNE. The methodological course is of descriptive qualitative character, being the content analysis used to analyze the results. As main results, it is highlighted that sustainability has been based on the mission and vision of sustainability, having characteristics and peculiarities according to the region and time of the Plans. The Universities are in a slow process to update the PDI that is required by law. As for PNE, it has been found that there is alignment of the guidelines with the perspectives of sustainability.

**Keywords:** Sustainability. Federal Institutions of Higher Education. Content Analysis.

#### 1 Introdução

As universidades são um tipo peculiar de organização que em tempos recentes vem sendo instadas a promover seu desenvolvimento, tomando por base um processo de planejamento que torne explícito o seu pensamento estratégico, ancorado em missão e visão claramente definidas (ÁVILA, 2014). Ainda, segundo esse autor, para alcançar a estruturação de uma gestão voltada para a sustentabilidade, é importante transformá-la em um valor

corporativo que reforce as posturas socialmente corretas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis.

Neste sentido, este estudo tem como finalidade relacionar a sustentabilidade com as instituições de ensino superior (IES) e apresentar proposta para identificar as diretrizes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a fim de averiguar como a sustentabilidade a compõe. Para isso, são analisadas as diretrizes de 28 Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI) atualizados, que foram encontrados na consulta a 59 instituições federais brasileiras. Isso é apresentado em dois capítulos metodológicos, sendo o primeiro de sustentabilidade e o outro destinado à educação para a sustentabilidade, em que se destacam as políticas do Plano Nacional da Educação e do Ministério da Educação; e, por fim, são apresentadas a metodologia empregada e a análise de dados.

Se, por um lado se é levado a pensar estrategicamente, por outro não se pode eximir de discutir e contribuir para o principal tema da época: a busca pelo Desenvolvimento Sustentável (DS), pela sustentabilidade em todas as suas esferas. Porém, essa não é tarefa simples, é um objetivo coletivo que depende da mudança de consciência, conhecimento, equilíbrio e diálogo com a sociedade.

Araújo e Mendonça (2004) salientam que o papel da educação superior nas discussões sobre sustentabilidade vai além da relação ensino/aprendizagem vista em salas de aula. Ele avança para o envolvimento em projetos extraclasse com a comunidade do entorno, visando soluções efetivas para a população local. Embora represente o papel fundamental no desenvolvimento de uma consciência socioambiental sustentável, a educação não é capaz de implementar a sustentabilidade sem que se tomem medidas concretas (JUCKER, 2002). Cabe às Instituições de Educação Superior (IES) colocar em prática aquilo que ensinam, tornando a sua própria gestão interna um modelo de gestão sustentável, influenciando com seus resultados também as organizações das quais seus egressos irão fazer parte.

O movimento envolvendo diversos atores, organizações e população para fortalecimento do Desenvolvimento Sustentável (DS) levou a questão da sustentabilidade no ensino à Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988. No artigo 214, o Sistema Nacional de Educação (SNE) prevê que:

Em regime de colaboração, é preciso definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: I erradicação do analfabetismo; II universalização do atendimento escolar; III melhoria da qualidade do ensino; IV formação para o trabalho; V promoção humanística, científica e tecnológica do País; e, VI estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (CFB, 1988, p.127-128).

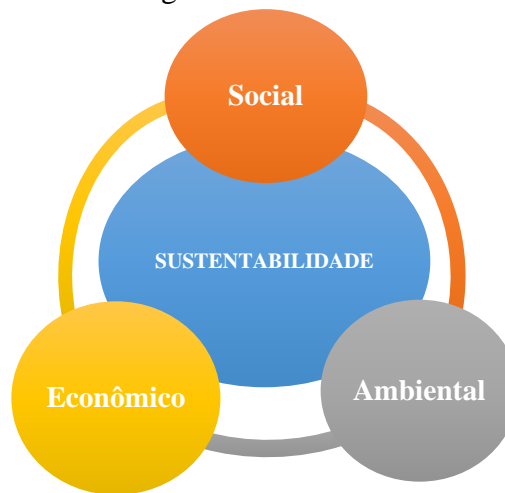
Alvarenga (2012) salienta que o planejamento estratégico das universidades tem sido um aliado das organizações para planejar ações, metas e planos para o futuro. O referido autor acredita no planejamento como uma ferramenta estratégica com muitas exigências, pela nova postura dos gestores diante do desafio de oferecer um ensino de melhor qualidade, para formar profissionais preparados para o mercado de trabalho e com vistas a proporcionar benefícios à sociedade.

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo analisar como a sustentabilidade (econômica, social, ambiental, ecológica, política nacional, política internacional e cultural) está sendo pautada nos Planos de Desenvolvimento Institucional - PDI das Instituições Federais de Ensino Superior e no Plano Nacional de Educação – PNE.

## 2 A sustentabilidade

Uma das teorias mais conhecidas sobre sustentabilidade é a de Elkington (2011), que apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável (DS) em seus três aspectos: a prosperidade econômica, a qualidade ambiental e a justiça social, formando os três pilares conhecidos por *Triple Bottom Line*. Compreendemos que é preciso entender a interligação entre os pilares econômico, social e ambiental, para que se possa aplicar o conceito sustentabilidade num sentido amplo (Figura 1).

Figura 1: O TBL



Fonte: Elaborada com base em Elkington (2012).

Com base em Elkington (2011) cada vez é mais aparente a preocupação e comprometimento das empresas com o meio ambiente, sendo que as questões de responsabilidade sócio/ambiental estão cada vez mais em pauta e os motivos são diversos: pensamento no futuro, expectativa de desenvolvimento econômico, consciência ambiental, exigência dos consumidores, busca na diminuição de gastos, entre outros. O autor destaca como as empresas poderão e deverão atuar para sobreviver com sucesso nos próximos anos. Para ele entramos num momento decisivo do capitalismo, onde, não se pode mais apenas explorar e retirar os recursos naturais é preciso pensar nas futuras gerações.

Segundo Barbosa (2008), o termo “desenvolvimento sustentável” surgiu nos estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, como uma solução para a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX. Na Comissão Mundial para o Meio Ambiente conhecida como Comissão de *Brundtland*, no processo preparatório a Conferência das Nações Unidas ou “Rio 92” foi desenvolvido um relatório denominado “Nosso Futuro Comum”. Neste estudo está exposta uma das definições mais difundidas do conceito: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. Barbosa (2008) propõe uma breve definição de desenvolvimento sustentável, a partir do pensamento Veiga (2005), e entende com um modelo econômico, político, social, cultural e ambiental equilibrado, que satisfaça as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.

De acordo com a organização não governamental CATALISA o conceito de sustentabilidade comporta sete aspectos principais, a saber:

- Sustentabilidade Social - melhoria da qualidade de vida da população, equidade na distribuição de renda e de diminuição das diferenças sociais, com participação e organização popular;
- Sustentabilidade Econômica - públicos e privados, regularização do fluxo desses investimentos, compatibilidade entre padrões de produção e consumo, equilíbrio de balanço de pagamento, acesso à ciência e tecnologia;
- Sustentabilidade Ecológica - o uso dos recursos naturais deve minimizar danos aos sistemas de sustentação da vida: redução dos resíduos tóxicos e da poluição, reciclagem de materiais e energia, conservação, tecnologias limpas e de maior eficiência e regras para uma adequada proteção ambiental;
- Sustentabilidade Cultural - respeito aos diferentes valores entre os povos e incentivo a processos de mudança que acolham as especificidades locais;
- Sustentabilidade Espacial - equilíbrio entre o rural e o urbano, equilíbrio de migrações, desconcentração das metrópoles, adoção de práticas agrícolas mais inteligentes e não agressivas à saúde e ao ambiente, manejo sustentado das florestas e industrialização descentralizada;
- Sustentabilidade Política - no caso do Brasil, a evolução da democracia representativa para sistemas descentralizados e participativos, construção de espaços públicos comunitários, maior autonomia dos governos locais e descentralização da gestão de recursos; e
- Sustentabilidade Ambiental - conservação geográfica, equilíbrio de ecossistemas, erradicação da pobreza e da exclusão, respeito aos direitos humanos e integração social. Abarca todas as dimensões anteriores através de processos complexos. (CATALISA<sup>1</sup>).

Termignoni (2012) destaca a importância das IES no processo de educação para a sustentabilidade, sugerindo que as universidades realizaram um esforço para definir e assumir o seu papel no que se refere ao ensino para um futuro mais sustentável. O Quadro 1 sintetiza os principais eventos internacionais que historicamente se relacionam à área de Educação para a Sustentabilidade.

### 3 Educação para a sustentabilidade

O Conselho Nacional de Educação (CNE) enfatiza essa questão no artigo 15 da Lei Federal nº 9.795 (27 de abril de 1999), que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. No capítulo I, artigos 01º e 03º, a educação ambiental é enfatizada como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. Ao Poder Público, nos termos dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal, cabe definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental; promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação; e promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente (CNE, 1999).

No Brasil as Instituições têm se limitado ao cumprimento da legislação vigente, mas observa-se que o processo de implementação dos planos estratégicos voltados à sustentabilidade é assunto que demanda atenção, as universidades permanecem executando ações isoladas e não possuem uma política integrada que abarque as dimensões da sustentabilidade no seu sentido mais amplo. Em termos mais próximos, foram efetuadas tentativas pela Organização Internacional de Universidades para o Desenvolvimento Sustentável Meio Ambiente (OIUDSMA) de formalizar compromissos. Algumas instituições Brasileiras fazem parte dessa organização, mas não se destacam no cenário global como agentes da sustentabilidade.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.catalisa.org.br/recursos/textoteca/30>>

Tauchen (2007) discute a existência de duas correntes de pensamento quanto ao seu papel frente ao DS. A primeira corrente enfatiza o caráter educador dessas instituições, como produtora e disseminadora de conhecimento, possuindo grande responsabilidade na formação dos futuros tomadores de decisão perante as questões relacionadas ao DS. A segunda corrente salienta as ações ligadas à sustentabilidade praticada nos campi universitários, considerando o papel multiplicador das IES na busca de alternativas para os problemas concretos da sociedade (TAUCHEN, 2007). As IES Federais representam na atual estrutura do governo a administração pública indireta, pois são denominadas como autarquias ou fundações (INEP, 2012). A prerrogativa da sua estrutura descentralizada garante ou deveria garantir a autonomia universitária, nos aspectos que tangem à gestão administrativa, financeira e orçamentária. Na atual conjuntura de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) as Universidades têm o grande desafio de criar mecanismos para realizar a gestão.

Outrossim, verifica-se que diante desse processo de busca da melhoria contínua da educação superior, as IES devem estar alinhadas às novas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) e às novas resoluções que ditam as regras para o processo educativo. Verifica-se que as novas políticas e diretrizes do MEC visam à promoção da sustentabilidade na formação dos novos profissionais e na gestão universitária. Sob esse prisma, a sustentabilidade deve se fazer presente no conhecimento, na reflexão, no pró-atividade e na capacidade de planejamento.

Com a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNDUS), conhecida como RIO + 20, a Sustentabilidade voltou à pauta, com a participação de chefes de estados de cento e noventa nações, que propuseram mudanças sobre os recursos naturais do Planeta. A partir desse movimento, no caso da educação brasileira, foi proposta a inserção da sustentabilidade na formação do discente. Segundo o MEC (2012, p.02), a presente resolução estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior.

A instituição deve observar e levar em conta o seu compromisso educacional, o papel socioeducativo, ambiental, artístico, cultural e as questões de gênero, etnia, raça e diversidade que compõem as ações educativas; a organização e a gestão curricular como componentes integrantes dos projetos institucionais e pedagógicos, bem como o planejamento dos currículos deve considerar os níveis dos cursos, as idades e especificidades das fases, etapas, modalidades e a diversidade sociocultural dos estudantes (MEC, 2012, p.03).

Por meio dessas iniciativas<sup>1</sup> o Governo Brasileiro visa a ampliar e fomentar a educação para a sustentabilidade nos vários níveis de ensino. Nesse sentido, é necessário que as IES, em especial as Instituições Federais, realizem planos, programas institucionais, com o objetivo de promover a sustentabilidade socioambiental por meio de ações educativas no âmbito das comunidades internas e externas.

Tauchen (2007) discute a existência de duas correntes de pensamento quanto ao seu papel frente ao DS. A primeira enfatiza o caráter educador dessas instituições, como produtoras e disseminadoras de conhecimento, possuindo grande responsabilidade na formação dos futuros tomadores de decisão perante as questões relacionadas ao DS. A segunda salienta as ações ligadas à sustentabilidade praticada nos campi universitários, considerando o papel multiplicador das IES na busca de alternativas dos problemas concretos da sociedade.

---

<sup>1</sup> Além das normativas da CFB e do CNE, o Plano Nacional de Educação (PNE), para o decênio de 2011/2020 estabelece como uma de suas diretrizes no projeto de Lei nº 8.035/2010 (com vistas ao artigo 214 da CFB), inciso VI, a “promoção da sustentabilidade socioambiental” (PNE, 2011, p.01).

As Instituições de Ensino Superior (IES) vem promovendo constantemente o desenvolvimento social e econômico, com suas bases e atributos garantindo a formação de profissionais competentes e reforçando em contrapartida que. De acordo com o MEC (2012, p.01) “cada vez mais, em um mundo onde o conhecimento se sobrepõe aos recursos naturais como fator de desenvolvimento humano, cresce a importância da escolarização e, em particular, da educação superior”. Visando sua importância que será suporte para o futuro do País.

A articulação estratégica das IES precisa se pautar pelos instrumentos, legislações e orientações do governo federal e internacional quanto às bases essenciais ao ensino em todos os níveis. Diante disso, o plano de desenvolvimento institucional (PDI), como instrumento que torna explícito o pensamento estratégico dessas organizações em particular, deve estar ancorado nas diretrizes governamentais que estabelecem o seu conteúdo essencial. Vários temas emergem desse contexto e passam a orientar a gestão, dentre eles a sustentabilidade, que é o foco deste estudo.

Como parte do processo avaliativo das Instituições de Ensino Superior (IES) foi instituído o planejamento estratégico, que segundo Oliveira (2009) o planejamento estratégico corresponde ao estabelecimento de um conjunto de providências a serem tomadas pelo executivo para que a situação em que o futuro tende a ser diferente do passado. Sintetizado no documento. O PDI foi instituído pelo SINAES como instrumento de planejamento que subsidia os seguintes subsistemas de avaliação: avaliação institucional, composta pela autoavaliação e avaliação externa; avaliação do desempenho de estudantes por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e avaliação de cursos de graduação. E também incorpora em suas diretrizes estratégicas, objetivos e metas, os resultados dos sistemas de avaliação da pós-graduação *stricto* e *lato-sensu*.

O Ministério da Educação (MEC), nas últimas décadas vem realizando uma série de mudanças no sistema de ensino. Como parte integrante e na função de articulador desse processo, está o Conselho Nacional de Educação (CNE), que criou um conjunto de diretrizes e políticas com o propósito de promover a melhoria contínua da qualidade da educação superior brasileira. Em 14 de abril de 2004 foi criada a Lei nº 10.861 que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O PDI deverá ser apresentado pela IES no momento em que solicitar ao MEC qualquer um dos seguintes procedimentos: credenciamento; credenciamento periódico; autorização de cursos superiores de graduação, tecnológicos, sequenciais; credenciamento para a oferta de ensino a distância; e autorização de cursos fora de sede para as universidades (INEP, 2011).

A articulação estratégica das IES precisa se pautar pelos instrumentos, legislações e orientações do governo federal e internacional quanto às bases essenciais ao ensino em todos os níveis. Diante disso, o PDI, como instrumento que torna explícito o pensamento estratégico dessas organizações em particular, deve estar ancorado nas diretrizes governamentais que estabelecem o seu conteúdo essencial. Vários temas emergem desse contexto e passam a orientar a gestão, dentre eles a sustentabilidade, que é o foco deste estudo.

O Decreto Presidencial N. 5.773, de 09 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de IES e apresenta no Artigo nº 16 os itens que deverão constar do PDI.

#### **4 Percorso metodológico e análise**

Quanto à abordagem, a pesquisa classifica-se em qualitativa e quantitativa. Na concepção de Strauss e Corbin (2008) os métodos qualitativos podem ser usados para explorar áreas substanciais sobre os quais pouco se sabe, ou sobre as quais se sabe muito, para ganhar

novos entendimentos. Beuren (2004) salienta que as pesquisas qualitativas permitem análises mais profundas em relação ao objeto estudado, sendo uma forma bastante adequada para se conhecer a natureza de um fenômeno social. De acordo com Gil (2010), a pesquisa quantitativa traduz em números opiniões e informações para classificá-los e analisá-los, requerendo o uso de recursos e de técnicas estatísticas, como a porcentagem, média, moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, Qui-quadrado, entre outros.

O estudo foi realizado em duas etapas: (i) qualitativa e (ii) quantitativa. A etapa qualitativa constituiu uma abordagem exploratória por meio de uma estratégia de Estudo de Caso Coletivo (STAKE, 2000) em instituições nacionais.

- I Missão, objetivos e metas da instituição, em sua área de atuação, bem como seu histórico de implantação e desenvolvimento, se forem o caso;
- II Projeto pedagógico da instituição;
- III Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, especificando-se a programação de abertura de cursos, aumento de vagas, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, a previsão de abertura dos cursos fora de sede;
- IV Organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número de turmas previstas por curso, número de alunos por turma, locais e turnos de funcionamento e eventuais inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios, desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos;
- V Perfil do corpo docente, indicando requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica, bem como os critérios de seleção e contratação, a existência de plano de carreira, o regime de trabalho e os procedimentos para substituição eventual dos professores da Figura;
- VI Organização administrativa da instituição, identificando as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de auto avaliação institucional e de atendimento aos alunos;
- VII Infraestrutura física e instalações acadêmicas com relação à biblioteca, laboratórios e plano de promoção de acessibilidade;
- VIII Oferta de educação à distância, sua abrangência e polos de apoio presencial;
- IX Oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado;
- X Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

Em âmbito nacional, dentre as 59 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), classificadas pela Secretaria de Educação Superior (SESU), foram selecionadas para análise aquelas que possuem o PDI atualizado e em vigência no momento da aplicação da pesquisa. Com base em levantamentos já realizados a Figura 1 apresenta o mapa das IFES cadastradas no sistema SESU, destacando-se aquelas que serão selecionadas para a pesquisa.

Na etapa qualitativa a coleta de dados foi realizada a partir de diversas fontes de evidências visando à triangulação de dados (DENZIN, 1989), tais como fontes publicadas nos sites das Instituições, caracterizando-se, em um primeiro momento como uma pesquisa documental (BARDIN, 2011). A análise qualitativa utilizou como referência o método de Análise de Conteúdo, definido por Moraes (1999) como uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não verbal. Esse autor ressalta que a análise de conteúdo não deixa de ser uma interpretação baseada nas percepções do pesquisador quanto aos dados analisados. Para Bardin (2011) é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistêmica e quantitativa do conteúdo.

Essa etapa da análise foi desenvolvida por um processo de sistematização progressivo e analógico, com abordagem indutivo-construtiva (MORAES, 1999) levando à categorização dos dados. Seguindo Vergara (2005), as categorias serão rearranjadas durante o andamento do estudo.

A análise de conteúdo mesclou procedimentos interpretativos e quantitativos, baseados principalmente nas frequências. Moraes (1999) indica as seguintes etapas para o processo de pesquisa: Preparação das informações (seleção e codificação); Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades de análise; Categorização ou classificação das unidades em categorias: Descrição; e Interpretação e tratamento estatístico.

A operacionalização do processo de análise teve como apoio o *Software NVIVO*, utilizado para estudos qualitativos, por possuir ferramentas de análises que dão suporte em especial para estudos documentais. Conforme Mozzato e Grzybovski (2011, p.743) “O NVIVO, além de sua finalidade básica de agilizar as análises, tem sua função tanto de validar como de gerar confiança, qualificando o material coletado”. Programas deste tipo proporcionam ao estudo qualitativo características metódicas e de transparência as ações desenvolvidas. Essa primeira etapa da análise, levou em consideração todos os dados coletados no contexto internacional e permitirá chegar às categorias e variáveis que irão compor o instrumento de coleta de dados da segunda etapa deste estudo.

Apresentam-se a seguir as análises realizadas no *Software Nvivo8* nas 03 categorias: [Missão e Visão], [Missão] e [Visão]. Na Figura 2, estão evidenciadas as 50 principais palavras em destaque na categoria Missão e Visão das IFES.

Verifica-se que as palavras desenvolvimento, ensino, formação, sociedade, pesquisa e extensão apresentaram maior destaque na missão e visão das IFES. Outros termos como excelência, qualidade, conhecimento, social, cultural e científico obtiveram destaque como temas emergentes, apresentando evidências mais fortes em algumas categorias, como é o caso da excelência na visão.

Figura 2: As palavras mais evidenciadas na Missão e Visão das IFES

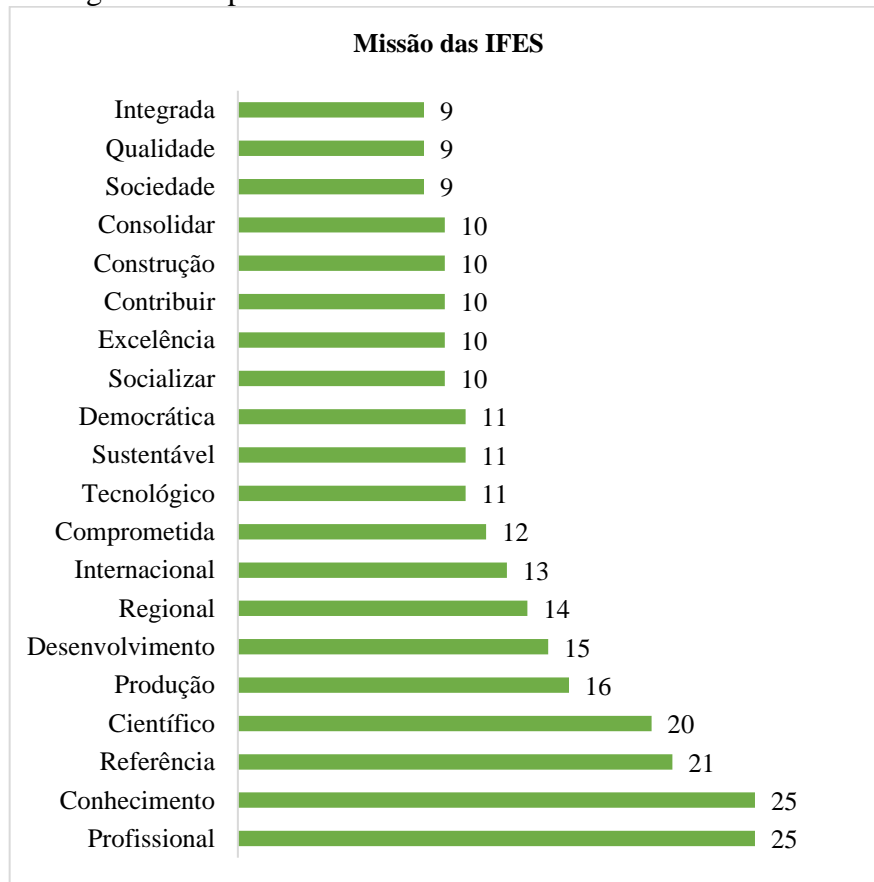


Fonte: Dados da pesquisa.

Na Figura 3, apresenta-se a interpretação e o tratamento estatístico das principais evidências identificadas na Missão. Esse procedimento de análise foi realizado com objetivo de agrupar evidências que possuem mesma raiz e/ou significado. Utilizou-se a frequência das observações visando a depurar a análise, classificando-se os vinte primeiros termos mais citados.



Figura 3: As palavras mais evidenciadas na Missão das IFES



Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio dessas evidências, percebe-se que as IFES estão buscando em sua Missão, a formação de profissionais com foco na excelência e no conhecimento, procurando tornar-se referência nos contextos regional e/ou internacional, buscando o desenvolvimento da produção científica e atribuindo destaque às questões de sustentabilidade e qualidade, assim como a interação com a sociedade.

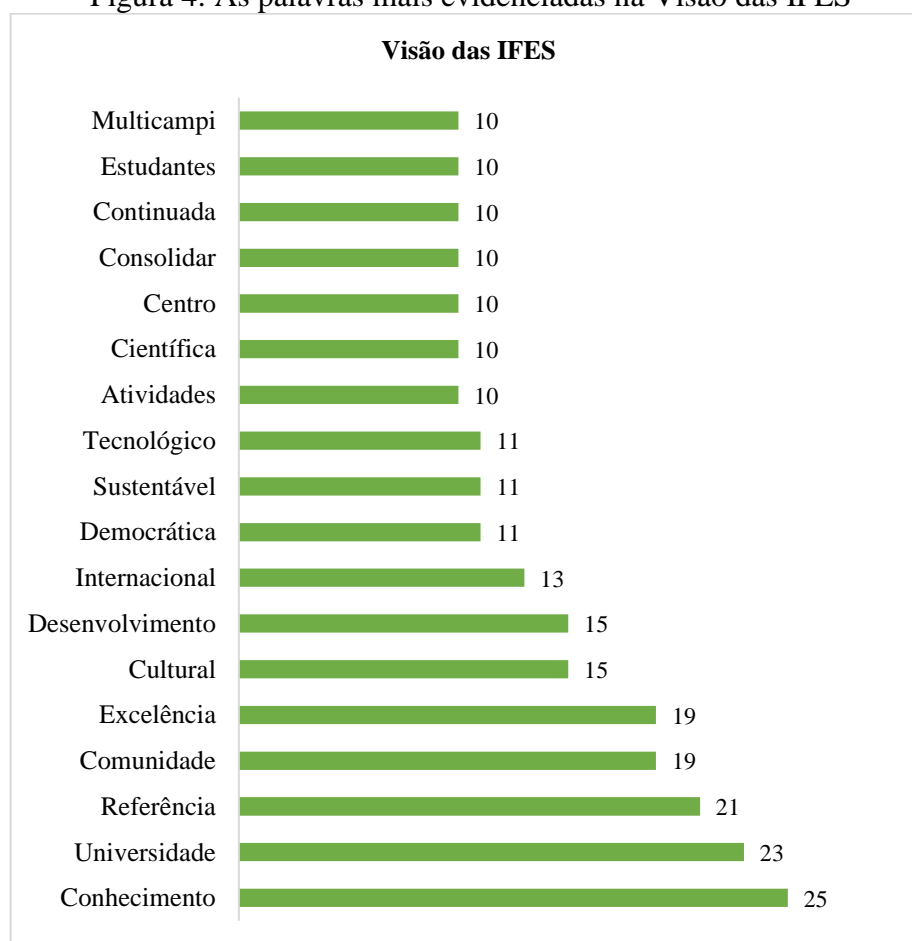
Corroborando as evidências, citam-se dois exemplos na categoria Missão:

Produzir, sistematizar e socializar o saber científico, tecnológico e cultural, visando à formação e à participação do ser humano no exercício profissional, com solidariedade, ética e reflexão crítica, buscando sempre a construção de uma sociedade mais justa, soberana e democrática (Universidade Federal de Ouro Preto, 2011-2015).

Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida (Universidade Federal de Santa Catarina, 2009-2014).

Na Figura 4, apresentam-se as palavras destacadas na Visão das IFES, realizadas por meio do *Software Nvivo8*. Verifica-se que os destaques estão nas palavras desenvolvimento, ensino, excelência e sociedade. Apresentamos a interpretação e o tratamento estatístico das principais evidências identificadas na Visão.

Figura 4: As palavras mais evidenciadas na Visão das IFES



Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio dessas evidências, percebe-se que as IFES estão buscando em sua Visão, ser referência na comunidade científica internacional, comprometendo-se com a excelência na produção do conhecimento, atuando de forma democrática e sustentável e promovendo o desenvolvimento tecnológico, cultural e social.

Corroborando as evidências citam-se dois exemplos na categoria Visão:

Ser uma universidade líder no processo de desenvolvimento tecnológico, científico, cultural e socioeconômico no âmbito local, e referência regional e nacional com relevante inserção internacional, caracterizada por avançadas formas de gestão e organização acadêmico-administrativas (Universidade Federal da Paraíba, 2009-2012).

Ser referência nacional e internacional como universidade multicampi integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural (Universidade Federal do Pará, 2011-2015).

Quadro 1: Relação das Diretrizes do PNE com as palavras-chaves na Missão e Visão das IFES

Diretrizes do PNE (2011-2020)	Palavras comuns à Missão e Visão	Diretrizes com maior evidência
Erradicação do analfabetismo; Universalização do atendimento escolar; Superação das desigualdades Educacionais;	Comprometimento Conhecimento Democrático Desenvolvimento Excelência	Melhoria da qualidade do ensino;

<b>Diretrizes do PNE (2011-2020)</b>	<b>Palavras comuns à Missão e Visão</b>	<b>Diretrizes com maior evidência</b>
Melhoria da qualidade do ensino Formação para o trabalho Promoção da sustentabilidade socioambiental; Promoção humanística, científica e tecnológica do País; Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. Valorização dos profissionais da educação; e, Difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.	Internacional Referência Sustentável Ecológico	Promoção da sustentabilidade socioambiental;  Promoção humanística, científica e tecnológica do País; e  Difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

Fonte: ÁVILA (2014).

As palavras-chaves identificadas na Missão e também na Visão estão evidenciadas nas Diretrizes do PNE. Destaca-se a relação entre as palavras conhecimento e excelência com a diretriz de melhoria da qualidade do ensino. Os termos desenvolvimento, sustentável e tecnológico associam-se à diretriz promoção da sustentabilidade socioambiental. Os termos: democrático e comprometimento estão voltados para a promoção humanística, científica e tecnológica do País. As palavras referência, sustentável, democrático, entre outras, também possuem relação com a difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

## 5 Considerações finais

Verifica-se que diante do processo de busca da melhoria contínua da educação superior, as IES devem estar alinhadas às novas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) e às novas resoluções que ditam as regras para o processo educativo. Verifica-se que as novas políticas e diretrizes do MEC visam à promoção da sustentabilidade na formação dos novos profissionais e na gestão universitária. Sob esse prisma, a sustentabilidade deve se fazer presente no conhecimento, na reflexão, na pró-atividade e na capacidade de planejamento.

A relação entre as evidências do estudo e as Diretrizes do PNE não se esgotam nas referências anteriormente destacadas, existindo amplas possibilidades para que novas evidências e relações sejam estabelecidas. Com este estudo pretende-se enfatizar a importância de perceber tais relações no contexto estratégico das IFES, reconhecendo esses como um caminho apontado na literatura que reforça o papel dessas instituições na promoção do desenvolvimento sustentável da sociedade. O PNE também estabelece diretrizes para a promoção da sustentabilidade socioambiental, reforçando as iniciativas do Governo Brasileiro na ampliação e fomento de ações educacionais voltadas à sustentabilidade.

Percebemos em relação aos objetivos deste estudo que teve como finalidade relacionar a sustentabilidade como as instituições de ensino superior (IES), quando verificamos que as diretrizes possuem o destaque à sustentabilidade. Compreendemos ainda que os PDIs estão em constante processo de atualização, já em relação ao PNE entendemos que possuem um alinhamento com as perspectivas da sustentabilidade.

Nesse processo, o Plano de Desenvolvimento Institucional representa o veículo legítimo para as instituições explicitarem o seu comprometimento com a sociedade na promoção da sustentabilidade em suas múltiplas dimensões, conforme ficou evidenciado neste estudo. Os dados que foram coletados na com instituições nacionais resultaram no panorama nacional da aplicação da sustentabilidade, o que pode ser visto como ponto de partida para a construção de instrumentos mais específicos a realidade nacional, que de certa forma podem gerar informações importantes para o aprimoramento das políticas públicas nacionais. O estudo contou com o suporte para os resultados com o *Software Nvivo*, sendo utilizado para uma contagem das palavras mais citadas, partindo para a análise de frequência.

### Referências

ALVARENGA, M. G. Avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional das universidades federais do Consórcio Sul-Sudeste de Minas Gerais. 2012. 147f. **Dissertação**. Universidade Federal de Lavras – UFLA, Minas Gerais-MG, 2012.

ARAÚJO, G. C.; MENDONÇA, P. S. M. Analysis of Implantation Process of Enterprise Sustainability Rules: study of case in the beef agro industry. **RAM – REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO MACKENZIE**, v.10, n.2, mar./abr., 2009.

AVILA, Lucas Veiga. A perspectiva da sustentabilidade no plano de desenvolvimento institucional: um estudo das instituições federais de ensino superior. **Dissertação**. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2014. Disponível em: <[http://www.sigmees.com/files/A\\_PERSPECTIVA\\_DA\\_SUSTENTABILIDADE\\_NO\\_PLA\\_NO.pdf](http://www.sigmees.com/files/A_PERSPECTIVA_DA_SUSTENTABILIDADE_NO_PLA_NO.pdf)> Acessada em 17 jun. 2016.

BARBOSA, G. S. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**, 4.ed., n.4, v.1, Jan./Jun., 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. LDA, Lisboa, Portugal. 2011.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE. **A educação ambiental. 1999**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm)> Acessada em jan. 2012.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA – CFB. **Constituição Federal da República do Brasil de 1988**. Disponível em: <[www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/crfb.pdf](http://www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/crfb.pdf)>. Acessada em 18 dez. 2012.

DENZIN, N. K. **The Research Act**, Englewood Cliffs, N. J., Prentice Hall, 1989.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil Ltda, 2011.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil Ltda, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Planejamento Educacional**. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>> Acessada em abr. 2012.

JUCKER, R. “Sustainability? Never heard of it” Some basics we shouldn’t ignore when engaging in education for sustainability. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, 3, 1, 8-18. 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Sistema de acompanhamento de processos das instituições de ensino superior – SAPIEnS/ Plano de Desenvolvimento Institucional/Diretrizes para elaboração**. Disponível em <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/PDI.htm>> Acessada em mai. 2012.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Portugal, v.9, n.37, p.7-32, 1999.

MOZZATO, A.R; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea RAC**, 2011.

OLIVEIRA, J. E. Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma eco-econômico para as organizações modernas. **Domus online: Revista de Teoria Política, Social e Cidadania, Salvador**, v.1, n.1, jan./jun. 2011.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE. **Por um plano nacional de educação (2011-2020) como Política de estado**. Anped. Rio de Janeiro, 2011.

STAKE. R. E. Case Studies. *In*: Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (Ed.) **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000. p.435-454.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TAUCHEN, J. Um modelo de gestão ambiental para implantação em Instituições de Educação Superior. 149p. **Dissertação**. Universidade de Passo Fundo – UPF, Passo Fundo, 2007.

TERMIGNONI, L. D. F. Framework de sustentabilidade para Instituições de Educação Superior comunitárias. 215f. **Dissertação**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, Porto Alegre, 2012.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Unicamp, 2005.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.